

1532 - DISCUSSÕES SOBRE UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO, VACINAS E AUMENTO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

Marli dos Reis⁽¹⁾

Mestre em Ciência pela Faculdade de Saúde Pública da USP, Pós-Graduada em Engenharia de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Tecnóloga em Hidráulica e Saneamento pela FATEC São Paulo. Atua na área de Saneamento há 12 anos, desde 2016 trabalha como Tecnóloga em Saneamento na Sabesp – MS - UGR Billings

Endereço⁽¹⁾: v. Artur de Queiroz, 676 – Apto 15 – Bairro Casa Branca – Santo André - SP - CEP: 09515-510 - Brasil- Tel: +55 (11) 4366-8788 - e-mail: marlireis@sabesp.com.br.

RESUMO

O novo Marco Legal do Saneamento - lei 14.026 de 15/07/2020 tem sido entendido como um instrumento importante para a Universalização do Saneamento, no entanto há que se refletir sobre as variáveis que contribuem para o avanço lento rumo à Universalização.

A recente pandemia do Novo Corona Vírus, ascendeu um alarme para a problemática, não tão recente, e até então, negligenciada, dos movimentos ante vacinas. O Brasil esteve na vanguarda dos movimentos pró vacina, desenvolveu programa de vacinação exemplar, reconhecido internacionalmente, que foi o responsável pela erradicação de doenças como o sarampo e a Varíola no território nacional e a redução de ocorrência de várias doenças infecto contagiosas.

É indiscutível a importância do Saneamento no controle e erradicação de doenças, que embora sujeitassem todas as pessoas ao risco de contágio, mas que certamente eram mais letais para as pessoas menos favorecidas financeiramente, alvo também da morbidade causada pelas enfermidades.

Esse conjunto de fatores, somados à globalização, acesso fácil e rápido à informação/desinformação, baixo nível cultural, aumento das desigualdades sociais desenharam, nos últimos tempos, um quadro cuja gravidade evidenciou-se com a recente pandemia do Corona vírus. Neste contexto faz-se necessário discutir a Universalização do Saneamento numa perspectiva ampla que envolva todos os setores da sociedade e que discuta, além da implantação de infraestrutura, a garantia ao desenvolvimento socioambiental - justiça social e sustentabilidade.

Para o desenvolvimento deste artigo foram estudados três eixos: Saneamento e universalização; Vacinas e Desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Pública, Vacinas, Universalização, Desigualdade, Saneamento

CONTÉUDO DO TRABALHO

Saneamento e Universalização

Ao avaliar a linha do tempo do Saneamento no Brasil, percebe-se uma tendência seletiva, inconstante e negligenciada, que caracteriza este Setor. Há registros de que as primeiras ações de Saneamento, ocorreram à época do Brasil império, no Rio de Janeiro, tendo como marco a perfuração de um poço para abastecimento da população. A partir daí várias atividades foram realizadas de maneira isolada e focadas sobretudo em distribuição de água, foram sendo alteradas as formas de organização dos serviços de Saneamento, inclusive quanto à titularidade da responsabilidade sobre o mesmo, tendo passado por períodos de privatização e reestatização. (CAVARRO, 2011).

O ápice do desenvolvimento do Saneamento no Brasil foi atingido com o PLANASA, em 15 anos (1970 a 1986) conectados à rede 15 milhões de novos domicílios 56 milhões de habitantes. Em 1986 a expectativa de vida da população havia aumentado em 7 anos, com relação a 1970. Foram 143% de novos domicílios abastecidos na área urbana e 200% de domicílios atendidos pelo esgotamento sanitário. Em 1991, durante o governo de Fernando Collor de Mello o Planasa foi extinto como parte de uma série de medidas liberalizantes. Monteiro (1993)

Após um longo período de “torpor” no Setor, voltamos a falar sobre avançar no Setor do Saneamento sob a titulação de Universalização, o novo marco para a Universalização é o ano de 2033. As discussões e o próprio texto da lei 14026/2020, direcionam a condição da Universalização à necessidade de desestatização, sob a perspectiva de atrair investidores. No entanto, há necessidade de estudar um cenário mais amplo, incluindo-se as variáveis relacionadas às

questões globais como a necessidade de sustentabilidade e salubridade ambiental, além dos problemas locais como a grande desigualdade existente no Brasil e agravada pela Pandemia causada pelo Novo Corona Vírus.

Vacinas

Em 1970, Jonas Edward Salk criou o termo vacinologia, designado ao estudo e aplicação de requisitos para a imunização eficaz, considerando as particularidades do público a ser atendido e também as características das doenças a ser combatidas. Nenhum outro avanço cultural, social ou científico trouxe tantos benefícios para a humanidade, quanto a prática da vacinação para o combate às doenças infecto contagiosas (Fernandes et al, 2021).

As vacinas possibilitaram a erradicação global da varíola, eliminação regional da poliomielite, reduziram a mortalidade e as internações por doenças imunopreveníveis.

A OMS compara os benefícios gerados pela vacinação, aos benefícios gerados pela distribuição de água potável.(Fernandes et al, 2021).

Desde o início dos programas de imunização, algumas ondas de notícias sobre efeitos colaterais de vacinas foram acontecendo, como em 1970 com relação a boatos de que a tríplice viral - difteria, coqueluche e tétano, causaria problemas neurológicos em crianças derrubaram as taxas de imunização. Posteriormente, em 1998 um artigo publicado relacionava a vacina a casos de autismo, tendo sido deflagrado mais tarde que se tratava de uma fraude para desacreditar, propositalmente a vacina.

Desigualdade Social

(DA SILVA, 2016) em seu estudo sobre a mortalidade infantil, conclui que as taxas de mortalidade diminuíram em aproximadamente 50% no período de estudos que compreendeu os anos de 2000 e 2010, e que esse fato se deveu à melhoria das condições socioeconômicas e infraestrutura urbana, relacionando as barreiras do desenvolvimento diretamente à pobreza e às suas consequências para a sociedade.

Desde o ano 2020 vemos os quadros de desigualdade, agravarem-se no Brasil, a crescente desigualdade motivada pela crise econômica global teve como incremento, as consequências causadas pelas medidas restritivas impostas pela Pandemia. O Instituto Cidades Sustentáveis, lançou em setembro de 2022 os resultados de uma pesquisa sob o título “Cidades Sustentáveis: desigualdade”, com abrangência nacional, buscou levantar a percepção da população sobre múltiplas desigualdades presentes no território nacional.

A percepção de 75% dos entrevistados é de que houve aumento da situação de vulnerabilidade, referindo-se sobretudo à possibilidade de aquisição de alimentos e itens básicos, inclusive apontam que os maiores alvos da desigualdade são as minorias sociais como negros, mulheres e pessoas LGBTQIA+. O aumento das pessoas em situação de rua também foi citado como um indicador do aumento da vulnerabilidade social, aumento da fome e da pobreza, como concentração nas periferias metropolitanas, capitais. (ICS.2022)

Segundo a pesquisa a região sudeste é a que apresenta maior desigualdade. Também foram apontados como causas da desigualdade, o acesso aos serviços digitais, cuja dificuldade transpareceu aos olhos de todos durante o ápice da pandemia, o aumento do preconceito, sobretudo entre brancos e pretos, incluindo a menor disponibilidade de acesso aos serviços básicos, como saúde para este segundo grupo. (ICS.2022)

Conclusões

As mazelas causadas pela falta de saneamento mantêm-se há décadas, sem melhora, formam uma espiral de problemas, uma vez que não ficam restritas à população atingida pelo problema naquele momento. Os problemas relacionados ao saneamento como a ocorrência de doenças, como a esquistossomose, leptospirose, amebíase, dentre outras que ocorrem nas localidades com maior negligenciamento das condições sanitárias e com maior percentual de população inserida abaixo da linha da pobreza. Como consequência da falta de investimento no Setor pode-se citar o aumento das desigualdades sociais que afetam diretamente a dignidade humana, diminuem muito significativamente a condição de “reação” da população, afasta as possibilidades de obtenção de melhores empregos e remuneração, compromete o desenvolvimento intelectual, diminuindo as possibilidades de avanço dos indivíduos em idade escolar e futuramente, diminuindo as oportunidades. (PIMENTA; ALVES, 2010)

As discussões sobre a pobreza precisam ser mais amplas, uma vez que os parâmetros que podem ser utilizados para a definição de pobreza são variáveis. Embora exista uma relação entre pobreza, fome e desnutrição, o fato de o indivíduo ser classificado como pobre não quer dizer, necessariamente que seja desnutrido e ou não tenha acesso a qualquer tipo de alimento, assim como a desnutrição está relacionada à exposição a uma dieta deficiente do ponto de vista nutricional. A pobreza relaciona-se diretamente à má distribuição de renda e as consequências que se desdobram deste quadro como baixo nível de escolaridade, comprometimento no desenvolvimento intelectual, alimentação inadequada e insuficiente, exposição à condições precárias de moradia, higiene e infraestrutura, que compõem uma característica marcante no Brasil (BARUFI, 2009; MONTEIRO, 2003).

A globalização, as guerras e os conflitos humanitários (migração/refugiados) trouxe grandes desafios à saúde pública, como os movimentos ante vacinas que vem se fortalecendo, valendo-se da facilidade que as redes sociais proporcionam de veiculação de notícias falsas e controversas. O ápice desses episódios ante vacinas foi conhecido na Pandemia do COVID 19, mesmo em meio ao alto contágio e ao grande número de óbitos causados pela doença, o movimento ganhou força e houve grande resistência à vacinação, ainda sendo apresentada baixa cobertura vacinal entre faixas etárias, sobretudo das crianças.

Essa complexidade precisa ser incluída nas discussões sobre universalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVARARO, R. Atlas de Saneamento 2011. Rio de Janeiro: [s.n.].
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Editora Pa ed. São Paulo: [s.n.].
- FREUDENBERG, N.; TSUI, E. Evidence, Power , and Policy Change in Community-Based Participatory Research. v. 104, n. 1, p. 11–14, 2014.
- GALLO, E. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de Agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde Ecosystemic and communicative approaches in the implementation of territorial agendas for sustainable development and health. Ciencia & Saúde Coletiva, p. 1433–1446, maio 2012.
- KLEBA, M. E. O processo de pesquisa como espaço e processo de empoderamento *. Comunicação Saúde Educação, p. 427–436, jun. 2010.
- MACHADO, J. C.; SOARES, J. B. Reflexões sobre o processo de municipalização das políticas de saúde: a questão da descontinuidade político-administrativa. v. 19, n. c, p. 159–170, 2015.
- MARTINS, P. C. et al. Conselhos de Saúde e a Participação Social no Brasil: Matizes da Utopia. Revista de Saúde Coletiva, p. 105–117, 2008.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Diagnóstico dos Serviços de água e Esgotos - 2014. Brasília: [s.n.].
- REZENDE, Sonaly Cristina, O saneamento no Brasil: políticas e interfaces / Sonaly Cristina Rezende, Léo Heller. 2 ed. Rev. e ampl. - p. 86. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- WALLERSTEIN, N.; DURAN, B. Community-Based Participatory Research Contributions to Intervention Research : The Intersection of Science and Practice to Improve Health Equity. v. 100, n. 7, p. 40–47, 2010.
- <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/75-dos-brasileiros-percebem-aumento-da-populacao-vulneravel-nas-cidades/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20pesquisa,comprar%20alimentos%20e%20itens%20b%C3%A1sicos.> Acessado em 31/01/2023 - 22:00
- <https://novo.org.br/explica/conheca-a-historia-dos-movimentos-antivacina-e-suas-consequencias-fatais/> acessado em 31/01/2023 - 22:30